

Motorista denuncia agora envolvimento de Raunhetti

Carlos MacArthur

O deputado João Alves (PPR-BR) recebeu mais de 300 milhões de cruzeiros de Fábio Raunhetti, em uma única operação em 1985. A informação é do ex-motorista de João Alves, Eli Lopes Leitão, em depoimento ontem à tarde na Polícia Federal. Leitão também confirmou ao delegado Magnaldo Nicolau da Costa o teor de todas as declarações prestadas na CPI do Orçamento. O motorista não soube, no entanto, explicar ao delegado a sistemática de apostas do deputado nas agências lotéricas. Ao manter a versão dada no Congresso Nacional, o motorista evitou cometer perjúrio e ir direto para a cadeia.

Segundo explicou o advogado do motorista, Divaldo Teófilo de Oliveira Netto, este fato novo, que poderá ser comprovado junto aos bancos Itaú (agência onde foi feito o saque) e Agrobanco (onde foi depositado o dinheiro na conta de João Alves) complica ainda mais a situação do parlamentar, caso ele não possa comprovar a licitude da operação e a origem do dinheiro. O saque e o depósito foram feitos por Eli acompanhado de Fábio Raunhetti. No depoimento que durou quase uma hora, o motorista não citou o nome de nenhum novo parlamentar, que pudesse estar envolvido no desvio de verbas.

Outros dois depoimentos foram tomados pelo delegado Magnaldo Nicolau: o do deputado Gastone Righi (PTB-SP), que fez questão de ser ouvido antes mesmo de depor na CPI do Orçamento. O depoimento foi pela manhã e aconteceu fora das dependências da Polícia Federal. O deputado usou da prerrogativa de escolher o dia, a hora e o local. Como já houve a quebra do sigilo bancário dos deputados citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos, todos são ouvidos em segredo e as declarações não são divulgadas.

Já o secretário de Administração Geral do Ministério da Integração Regional, Márcio Reinaldo Dias Moreira, foi até a Superintendência da Polícia Federal. Durante quase duas horas Dias Moreira explicou as inúmeras reuniões que teve com o deputado Alves, quando era funcionário da Sepplan e do Ministério da Saúde. E o trâmite para a liberação de

verbas do Orçamento. Segundo Dias Moreira, o critério adotado era político-técnico e, nenhuma empreiteira específica foi beneficiada. "Eu desconheço que qualquer uma tenha sido beneficiada e, durante o período que eu estive na Secretaria de Orçamento, também não houve pressão de prefeituras para a liberação de recursos".

O secretário foi citado pelo economista José Carlos como sendo um amigo pessoal do deputado João Alves. Ele, no entanto, negou o fato, garantindo que o contato com o parlamentar era meramente profissional, tanto que todos os encontros aconteceram na Câmara dos Deputados.

Intimações — A Polícia Federal intimou ontem à tarde os funcionários da Câmara Luís Vasconcellos, Gumercindo Valentim e Roberval Batista de Jesus. Todos eles eram assessores do eco-

nomista José Carlos Alves dos Santos na Comissão de Orçamento. Outro intimado foi Paulo Eugênio, ex-assessor do deputado Sérgio Guerra. Os diretores das construtoras Norberto Oddebrecht, Claudio Mello; da CBPO, Dr. Meirelles, da Servaz, Dr. Arruda; e da OAS, Marcelo Flores e Carlos Suarez também foram intimados ontem.

Três particulares também devem ser intimados pela Polícia Federal nas próximas horas. Os nomes deles não foram divulgados para evitar que fujam. É que a Polícia Federal está tendo dificuldades para encontrá-los. Já o advogado do deputado José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), Marcos Gustavo Husser Netto, conversou com o delegado Magnaldo Nicolau para informar que o deputado abre mão das prerrogativas e quer depor o mais rápido possível.